

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO BENTO DA RIBEIRA BRAVA

RELATÓRIO E CONTAS Exercício de 2019

Preparado Por:



Ricardo Freitas

Ribeira Brava, 30 de Junho de 2020

1. Balanço Analítico

Balanço - (modelo para ESNL) em 31-
12-2019
(montantes em euros)

Centro Social Paroquial São Bento Ribeira Brava

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1.691.746,84	1.697.294,84
Ativos intangíveis	5	9.412,95	15.686,98
Outros créditos e ativos não correntes	14	14.533,25	9.356,91
		1.715.693,04	1.722.338,73
Ativo corrente			
Créditos a receber	11	81.610,90	77.337,39
Estado e outros entes públicos		15.728,57	51.537,47
Diferimentos		10.446,94	13.703,07
Caixa e depósitos bancários		1.089.136,98	968.287,39
		1.196.923,39	1.110.865,32
Total do ativo		2.912.616,43	2.833.204,05
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	15		
Resultados transitados		1.564.255,86	1.540.236,24
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	10	652.796,92	729.933,43
Resultado líquido do período		159.276,80	23.833,64
Total dos fundos patrimoniais		2.376.329,58	2.294.003,31
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	61.639,35	50.884,07
Estado e outros entes públicos		68.420,18	62.443,21
Diferimentos			10.436,25
Outros passivos correntes	11;12	406.227,32	415.437,21
		536.286,85	539.200,74
Total do passivo		536.286,85	539.200,74
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.912.616,43	2.833.204,05

ARCA

Administração / Gerência



Contabilista Certificado Nº 51717

2. Demonstração dos Resultados por naturezas

Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-2019

Centro Social Paroquial São Bento
Ribeira Brava

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	8	592.110,12	512.823,37
Subsídios, doações e legados à exploração	10	3.182.026,39	2.901.187,70
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(76.424,82)	(86.848,41)
Fornecimentos e serviços externos	8	(711.638,73)	(686.315,63)
Gastos com o pessoal	12	(2.740.643,13)	(2.525.030,39)
Outros rendimentos	8	97.120,83	82.848,26
Outros gastos		(6.592,75)	(28.217,41)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		335.957,91	170.447,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	(176.681,11)	(146.922,90)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		159.276,80	23.524,59
Juros e rendimentos similares obtidos			309,05
Resultado antes de impostos		159.276,80	23.833,64
Resultado líquido do período		159.276,80	23.833,64



 AR7en

Administração / Gerência



Contabilista Certificado Nº 51717



4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		588.697,14	514.249,10
Pagamentos a fornecedores		(830.258,32)	(411.578,47)
Pagamentos ao pessoal	12	(1.973.785,23)	(2.065.041,34)
Caixa gerada pelas operações		(2.215.346,41)	(1.962.370,71)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		25,96	(69,51)
Outros recebimentos/pagamentos		2.456.138,56	2.384.834,46
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		240.818,11	422.533,26
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	(159.633,95)	(577.868,65)
Ativos intangíveis	5		(18.824,00)
Investimentos financeiros		(4.693,91)	(3.933,04)
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		319,02	503,26
Subsídios ao investimento			8.017,39
Juros e rendimentos similares		36,41	309,05
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(163.972,43)	(591.795,99)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		44.003,91	57.260,80
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	6		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		44.003,91	57.260,80
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		120.849,59	(112.001,93)
Caixa e seus equivalentes no início do período		968.287,39	1.080.289,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.089.136,98	968.287,39



5. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Centro Social Paroquial de São Bento da Ribeira Brava

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercício de 2019

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Instituição Particular de Solidariedade Social denominada “Centro Social e Paroquial de São Bento da Ribeira Brava”, pessoa coletiva 511.058.110, com sede social na Rua do Visconde, 10, freguesia e concelho da Ribeira Brava, foi constituída a 27 de Maio de 1993, cujo objeto social principal é atividade apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

As demonstrações financeiras abrangem uma entidade individual, são apresentadas em euros e reportam-se ao ano civil com início em 01 de Janeiro de 2019 e fim em 31 de Dezembro de 2019.

Apenas se consideraram as notas aplicáveis à empresa, respeitantes a factos ocorridos no exercício em causa, e materialmente relevantes.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2019 as demonstrações financeiras da Instituição, foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU), nomeadamente a NCRF para o setor não lucrativo

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos” .

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como activos e passivos não correntes.

e) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

f) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	1 - 50
Equipamento básico	1 - 12
Equipamento de transporte	4 - 8
Equipamento administrativo	1 - 8
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

3.4. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídios de alimentação, subsídio de férias e de Natal.

Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontadas por contrapartida do reconhecimento de um passivos que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 1 de Janeiro de cada ano, ou seja, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido"

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.6. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Instituição. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A Instituição reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Instituição obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Instituição baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

3. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Caixa	4.032,39	4.000,00
Depósitos à ordem	406.202,86	285.474,98
Depósitos à prazo	678.901,73	678.812,41
	<u>1.089.136,98</u>	<u>968.287,39</u>

Os saldos apresentados relativos a caixa e seus equivalentes, não apresentavam restrição de uso na data do Balanço.

4. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2019 e de 2018 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2018					Saldo em 31-Dez-18
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	330.832,87					330.832,87
Edifícios e outras construções	2.962.198,24	362.058,49				3.324.256,73
Equipamento básico	393.072,23	53.764,47				446.836,70
Equipamento de transporte	291.146,08	16.094,00	16.800,00			290.440,08
Equipamento administrativo	10.237,05					10.237,05
Outros activos fixos tangíveis	9.523,80					9.523,80
	<u>3.997.107,65</u>	<u>431.916,96</u>	<u>16.800,00</u>			<u>4.412.127,23</u>

Depreciações acumuladas

Edifícios e outras construções	2.048.240,05				2.135.352,78
Equipamento básico	358.120,07				377.788,25
Equipamento de transporte	188.464,66				208.365,44
Equipamento administrativo	8.903,75				9.207,94
Outros activos fixos tangíveis	9.523,80				9.523,80
	<u>2.613.252,33</u>				<u>2.740.238,21</u>

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-19	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-19
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	330.832,87					330.832,87
Edifícios e outras construções	3.324.256,73	64.417,79				3.388.674,52
Equipamento básico	446.836,70					446.836,70
Equipamento de transporte	290.440,08	26.250,00	19.453,74			297.236,34
Equipamento administrativo	10.237,05	3.095,14				13.332,19
Outros activos fixos tangíveis	9.523,80	7.345,05				16.868,85
Ativos fixos tangíveis em curso	25.405,82	63.751,10				89.156,92
	<u>4.437.533,05</u>	<u>164.859,08</u>	<u>19.453,74</u>			<u>4.582.938,39</u>

Depreciações acumuladas

Edifícios e outras construções	2.135.352,78	104.724,65				2.240.077,43
Equipamento básico	377.788,25	13.811,92				391.600,17
Equipamento de transporte	208.365,44	48.254,80	19.453,74			237.166,50
Equipamento administrativo	9.207,94	3.371,67				12.579,61
Outros activos fixos tangíveis	9.523,80	244,04				9.767,84
	<u>2.740.238,21</u>	<u>170.407,08</u>	<u>19.453,74</u>			<u>2.891.191,55</u>

5. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos intangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2019 e 2018 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-18
Activos intangíveis:						
Goodwill						
Propriedade industrial						
Programas de computador	104.920,50	18.824,00				123.744,50
Outros activos intangíveis						
	<u>104.920,50</u>	<u>18.824,00</u>				<u>123.744,50</u>

Depreciações Acumuladas

Goodwill			
Programas de computador	104.920,50	3.137,02	108.057,52
Propriedade industrial			
Outras activos intangíveis			
	104.920,50	3.137,02	108.057,52

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-19	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-19
Activos intangíveis:						
Goodwill						
Propriedade industrial						
Programas de computador	123.744,50					123.744,50
Outras activos intangíveis						
	123.744,50					123.744,50

Depreciações Acumuladas

Goodwill			
Programas de computador	108.057,52	6.274,03	114.331,55
Propriedade industrial			
Outras activos intangíveis			
	108.057,52	6.274,03	114.331,55

7. Custo das vendas

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “CMVMC” tinha a seguinte composição

	31-Dez-19			31-Dez-18		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro Regularizações						
Compras	76.424,82		76.424,82	86.848,41		86.848,41
Saldo final em 31 de Dezembro						
Custo das vendas	76.424,82		76.424,82	86.848,41		86.848,41

8. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2019 e de 2018 foram como segue:

	31-Dez-19			31-Dez-18		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias						
Prestação de serviços	592.110,12		592.110,12	512.823,37		512.823,37
	<u>592.110,12</u>		<u>592.110,12</u>	<u>512.823,37</u>		<u>512.823,37</u>

Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Subcontratos	281.877,26	280.464,93
Serviços especializados	182.531,70	198.604,14
Materiais	23.906,67	27.857,17
Energia e fluidos	81.596,79	75.964,40
Deslocações, estadas e transportes	59.486,92	46.767,05
Serviços diversos (*)	82.239,39	56.657,94
rendas		
comunicação	7.435,74	7.430,35
seguros	14.658,20	17.203,26
outros	60.235,45	32.024,33
	<u>711.638,73</u>	<u>686.315,63</u>

Outros rendimentos

Os outros rendimentos , nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, foram como segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Rendimentos suplementares	5.655,63	2.560,33
Descontos de pronto pagamento obtidos	106,85	2,31
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	2.500,00	3,95
Outros rendimentos e ganhos	<u>88.858,35</u>	<u>80.281,67</u>
	<u>97.120,83</u>	<u>82.848,26</u>

10. Subsídios

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Subsídio Seg.Social	3.070.900,15	2.851.825,22
Subsídio IEM (...)	12.141,52	3.337,08
Outros subsídios	<u>98.984,72</u>	<u>46.025,40</u>
	<u>3.182.026,39</u>	<u>2.901.187,70</u>

11. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Fornecedores conta corrente	<u>61.639,35</u>	<u>50.884,07</u>
	<u>61.639,35</u>	<u>50.884,07</u>

Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	<u>31/dez/19</u>		<u>31/dez/18</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Créditos a receber				
Cientes c/c		37.016,15		43.919,42
Outros devedores		36.235,86		33.417,97
Pessoal		270,22		
Adiant. a fornecedores		8.088,67		
		<u>81.610,90</u>		<u>77.337,39</u>
Perdas por imparidade acumuladas				
		<u>81.610,90</u>		<u>77.337,39</u>

12. Outras passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Outras passivos correntes” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31/dez/19		31/dez/18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos		386.323,61		362.803,68
Outros credores		19.903,71		52.633,53
		406.227,32		415.437,21

Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	2.227.021,41	2.058.833,21
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	465.016,48	435.043,39
Seguros	29.755,73	26.488,70
Outros gastos com pessoal	6.157,46	4.665,09
	2.740.643,13	2.525.030,39

A Instituição registou um n.º médio de postos de trabalho ao serviço de 199 colaboradores em 2019.

14. Outros créditos e ativos não correntes

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Outros créditos e ativos não correntes” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-19		31-Dez-18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outros activos financeiros				
Outras - FCT	14.533,25		9.356,91	
	14.533,25		9.356,91	
Perdas por imparidade acumuladas				
	14.533,25		9.356,91	

15. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	15,94	25,96
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	<u>15.712,63</u>	<u>51.511,51</u>
	<u>15.728,57</u>	<u>51.537,47</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Outras Tributações FCT/FGCT	522,91	461,30
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	9.014,62	8.163,13
Segurança Social	<u>58.882,65</u>	<u>53.818,78</u>
	<u>68.420,18</u>	<u>62.443,21</u>

16. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 os saldos da rubrica “Diferimentos” do activo e passivo foram como segue:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	10.446,94	13.703,07
Juros a pagar		
Outros gastos a reconhecer		
	<u>10.446,94</u>	<u>13.703,07</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	0,00	10.436,25
Outros rendimentos a reconhecer		
	<u>0,00</u>	<u>10.436,25</u>

17. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dividas incobráveis		
Gastos e perdas em inv. não financeiros		
Outros gastos	6.592,75	28.217,41

<u>6.592,75</u>	<u>28.217,41</u>
-----------------	------------------

18. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2019 e de 2018, tinham a seguinte composição:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	<u>0,00</u>	<u>309,05</u>
Resultados financeiros	<u>0,00</u>	<u>309,05</u>

19. Eventos subsequentes

Devido à pandemia do covid-19, a instituição irá ter um acréscimo de custos, nomeadamente em produtos desinfetantes, máscaras, material de proteção, etc...

Também devido ao covid -19, os estabelecimentos de ensino fecharam, e alguns funcionários estiveram em casa em apoio excepcional à família.

20. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direção informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Nos termos do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se ainda que a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas RSM & Associados, SROC, Lda. da Instituição, representada pelo Dr. João Luis Almeida Mendes de Araújo, faturou 6.697,80€ (inclui Iva 22%), referentes no exercício de 2019 a título de serviços prestados de Revisão Legal de Contas. Mais se informa que não foram prestados e/ou pagos quaisquer outros serviços à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

21. Outras informações

Fundos Patrimoniais				
DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Fundos				0,00 €
Por memória: Accionistas c/ subscrição	0,00 €			0,00 €
Por memória: Quotas não liberadas	0,00 €			0,00 €
Acções (quotas) próprias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Valor nominal	0,00 €			0,00 €
Descontos e prémios	0,00 €			0,00 €
Outros instrumentos de capital			0,00 €	0,00 €
Prémios de emissão	0,00 €			0,00 €
Reservas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reservas legais				0,00 €
Outras reservas	0,00 €			0,00 €
Resultados transitados	1.540.236,24 €		24.019,62 €	1.564.255,86 €
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	0,00 €			0,00 €
Outros	0,00 €			0,00 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	729.933,43 €	77.136,51 €	0,00 €	652.796,92 €
Subsídios	729.933,43 €	77.136,51 €		652.796,92 €
Doações	0,00 €			0,00 €
Outras	0,00 €			0,00 €
Resultado Líquido do Exercício	23.833,64 €	23.833,64 €	159.276,80 €	159.276,80 €
Total do fundo de capital	2.294.003,31 €			2.376.329,58 €

Outras informações consideradas relevantes para a análise da posição financeira e dos resultados da Instituição:

- Resultado Líquido do Exercício 159.276,80 Euro
- Meios Libertos Líquidos (Cash-Flow) 335.967,91 Euro

Ribeira Brava, 30 de Junho de 2020

A Direção

Contabilista Certificado n.º 51 717





13. Ata da Direção com a aprovação das contas

ATA NÚMERO 160



Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e vinte, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu a **Direção do CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO BENTO DA RIBEIRA BRAVA**, pessoa colectiva 511.058.110, constituída no dia treze do mês de maio de mil novecentos e noventa e três, com sede à Rua do Visconde, número dez, freguesia e concelho da Ribeira Brava. _____

Estavam presentes o Sr. Rev. Pe. José Bernardino de Abreu da Trindade, NIF 188.932.801, o Dr. Carlos Manuel Rodrigues dos Ramos, NIF 181.652.064, o Sr. José João Gonçalves de Freitas, NIF 100.682.375, o Sr. José Armindo Pereira Pestana, NIF 100.682.162, a Sr.^a Maria Ludovina Gomes Alves Pereira, NIF 178.817.228, a Sr.^a Marília Andrade Ascensão Fernandes, o Sr. António Rafael Carvalho Ascensão, NIF 185.928.269, Sr. José Maria Reis, NIF 100.681.859, e o Sr.^a Maria Lidia Mendes Romano, NIF 125.071.787, na qualidade de membros da Direcção da Instituição, os quais representando a totalidade dos direitos de voto, decidiram constituir-se, sem observância das formalidades prévias, nos termos do número um do artigo cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais. _____

A reunião foi dirigida pelo Sr. Rev. Pe. José Bernardino de Abreu da Trindade, que após a verificação da existência de quórum e dos demais elementos necessários à realização da reunião, deu início a esta. _____

A ordem de trabalhos foi a seguinte: _____

PONTO UM: Discussão e aprovação do Relatório e Contas relativas ao exercício económico de 2019. _____

PONTO DOIS: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício económico de 2019. _____

Aberta a sessão e dando cumprimento ao ponto um da ordem de trabalhos, analisou-se e discutiu-se os elementos relativos ao Relatório e Contas do exercício económico de 2019, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 2.912.616,43 euro e um total de fundos patrimoniais de 2.376.329,58 euro, incluindo um resultado líquido de 159.276,80 euro), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração dos alterações dos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo ao balanço e à demonstração de resultados que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas. _____

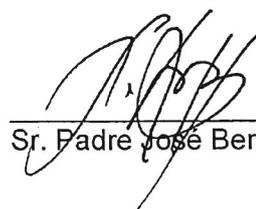
Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, os membros da Direção aprovaram a aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2019, no montante de 159.276,80 euro, transferindo-o na totalidade para a conta de resultados transitados. ____ Colocada a questão à Assembleia, a mesma por unanimidade aprovou a proposta de aplicação referida. _____

A aprovação fez-se com o voto favorável de todos os membros da Direção, os quais declararam apoiar a estratégia financeira da Instituição, a política de investimentos traçada pela Direção e a distribuição de resultados apresentada. _____

Nada mais havendo a deliberar, a sessão foi dada por encerrada pelas dezanove horas, e dela foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os membros da Direção da Instituição. _____

A Direção

Presidente



Sr. Padre José Bernardino de Abreu da Trindade

B.

Vice-Presidente 
Dr. Carlos Manuel Rodrigues dos Ramos

Secretário 
Sr. José João Gonçalves de Freitas

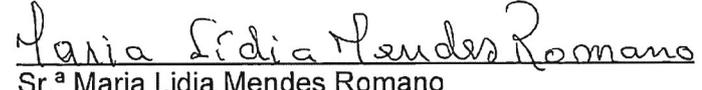
Tesoureiro 
Sr. José Armindo Pereira Pestana

Vogal 
Sr.ª Maria Ludovina Gomes Alves Pereira

Vogal 
Sr.ª Marília Andrade Ascensão Fernandes

Vogal 
Sr. António Rafael Carvalho Ascensão

Vogal 
Sr. José Maria Reis

Vogal 
Sr.ª Maria Lidia Mendes Romano

14. Ata do Conselho Fiscal com a aprovação das contas



ATA NÚMERO 25

Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e vinte, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu o **Conselho Fiscal do CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO BENTO DA RIBEIRA BRAVA**, pessoa colectiva 511.058.110, constituída no dia treze do mês de maio de mil novecentos e noventa e três, com sede à Rua do Visconde, número dez, freguesia e concelho da Ribeira Brava (9350-213). _____

Estavam presentes o Sr. Rev. Pe. João Manuel de Freitas e Sousa, NIF 121.647.920, o Sr. Marcelino Jacinto Faria Pereira, NIF 129.802.063, e o Sr. João Pedro Faria Rodrigues, NIF 100.604.790, na qualidade de Presidente, Vice-Presidente e Vogal do Conselho Fiscal da Instituição, respectivamente, os quais representando a totalidade dos direitos de voto, decidiram constituir-se, sem observância das formalidades prévias, nos termos do número um do artigo cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais. _____

A reunião foi dirigida pelo Sr. Rev. Pe. João Manuel de Freitas e Sousa, que após a verificação da existência de quórum e dos demais elementos necessários à realização da reunião, deu início a esta. _____

A ordem de trabalhos foi a seguinte: _____

PONTO UM: Discussão e aprovação do Relatório e Contas relativas ao exercício económico de 2019. _____

PONTO DOIS: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício económico de 2019 e emissão do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal. _____

Aberta a sessão e dando cumprimento ao ponto um da ordem de trabalhos, analisou-se e discutiu-se os elementos relativos ao Relatório e Contas do exercício económico de 2019, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 2.912.616,43 euro e um total de fundos patrimoniais de 2.376.329,58 euro, incluindo um resultado líquido de 159.276,80 euro), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração dos alterações dos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo ao balanço e à demonstração de resultados que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas. _____

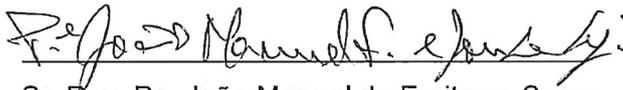
07

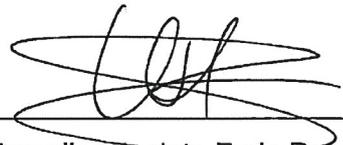
Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, os membros do Conselho Fiscal aprovaram a aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2019, no montante de 159.276,80 euro, transferindo-o na totalidade para a conta de Resultados Transitados. _____

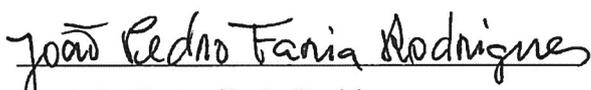
A aprovação fez-se com o voto favorável de todos os membros do Conselho Fiscal, os quais declararam apoiar a estratégia financeira da Instituição, a política de investimentos traçada pela Direção e a distribuição de resultados apresentada. Em anexo, e em consonância, transcreve-se o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal. _

Nada mais havendo a deliberar, a sessão foi dada por encerrada pelas dezanove horas, e dela foi elaborada a presente acta que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os membros do Conselho Fiscal presentes. _____

O Conselho Fiscal,

Presidente 
Sr. Rev. Pe. João Manuel de Freitas e Sousa

Vice-Presidente 
Sr. Marcelino Jacinto Faria Pereira

Vogal 
Sr. João Pedro Faria Rodrigues



RELATÓRIO e PARECER
do
CONSELHO FISCAL

Ex.mos Senhores:

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e dar o parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Direcção do **CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO BENTO DA RIBEIRA BRAVA** relativamente ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que julgamos adequada, a actividade do Centro. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística não tendo tomado conhecimento de qualquer violação à lei ou ao contrato social.

Acompanhamos igualmente os trabalhos desenvolvidos pelo ROC Dr. João Luís Almeida Mendes de Araújo e apreciamos a Certificação Legal das Contas, em anexo, com a qual concordamos.

No âmbito das nossas funções verificamos que:

- a) O Balanço, a Demonstração dos Resultados Por Naturezas e Por Funções, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, foram preparados de acordo com as disposições legais;
- b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

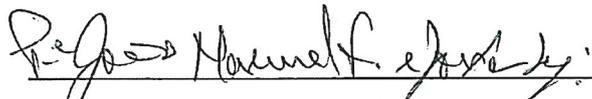
- c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Centro evidenciando os aspectos mais significativos e a proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente evidenciada.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos de Parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e a Proposta de Aplicação de Resultados que refere a necessidade de transferir para "Resultados Transitados" a quantia de 159.276,80 Euros.
- b) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras.

Ribeira Brava, 30 de junho de 2020

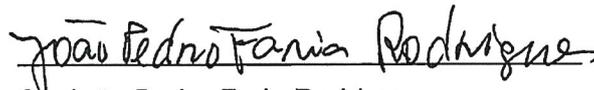
Presidente


Sr. Rev. Pe. João Manuel de Freitas e Sousa

Vice-Presidente


Sr. Marcelino Jacinto Faria Pereira

Vogal


Sr. João Pedro Faria Rodrigues

18. Certificação Legal das Contas



RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Centro Social e Paroquial de São Bento da Ribeira Brava** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 2 912 616,43 euros e um total de fundos patrimoniais de 2 376 329,58 euros, incluindo um resultado líquido de 159 276,80 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo ao balanço e à demonstração de resultados que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota 19 do anexo às demonstrações financeiras e no ponto 9 do relatório de gestão, a pandemia provocada pelo COVID – 19 terá impactos negativos sobre as demonstrações financeiras da Entidade em 2020, não sendo neste momento possível determinar os seus efeitos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devlida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

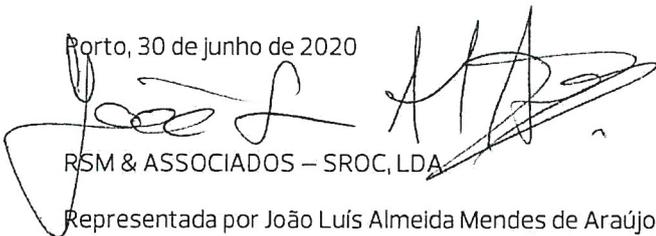
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 30 de junho de 2020

Two handwritten signatures in black ink are present. The first signature is on the left and the second is on the right, both appearing to be in cursive.

RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA

Representada por João Luís Almeida Mendes de Araújo (ROC n°933)
registado na CMVM com o n° 20160550